

CRÉDITO DE CARBONO

INFORME SETORIAL

Brasil mira 15% do crédito de carbono

O Estado de S. Paulo.

Um grupo de empresas começou a se preparar para um mercado que promete ser bilionário no Brasil: o crédito voluntário de carbono, que é aquele em que não existe uma obrigação na lei. Estudo da consultoria Mckinsey aponta que o Brasil pode dominar 15% desse setor até o fim da década. A consultoria aponta que, apenas por aqui, esse mercado pode movimentar cerca de US\$ 2 bilhões, ou mais de R\$ 10 bilhões, já 2030.

No entanto, atingir esse potencial depende do aumento da oferta de crédito de carbono no mercado – algo que precisa ser corrigido se o Brasil não quiser perder o bonde. A Mckinsey afirma que o setor precisa crescer muito: a geração de créditos para compensação de emissões teria de crescer dez vezes em relação ao que está disponível. De olho nesse potencial, pesos-pesados do País se uniram para aproveitar essa oportunidade de receita. Nesse grupo está um heterogêneo conjunto de empresas, como indústria, cosméticos, agronegócio e commodities: Amaggi, Auren, B3, BNDES, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Dow, Natura, Raízen, Vale e Votorantim. Segundo a Mckinsey, o Brasil pode acelerar a venda de créditos de carbono tanto por meio de soluções naturais, como a preservação da floresta, quanto

por ações de reflorestamento e de implantação de sistemas florestais em áreas degradadas. Outra possibilidade são as iniciativas para evitar a emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.

A movimentação do mercado de carbono tem como mola propulsora o cumprimento da meta global, estabelecida no Acordo de Paris, em 2015, de que a temperatura do planeta aumente no máximo em 1,5º Celsius até 2050. “Estamos criando mecanismos para destravar esse mercado”, diz o sócio da consultoria no Brasil, Henrique Ceotto, um dos responsáveis pela iniciativa.

O estudo da Mckinsey aponta que a troca de créditos de carbono precisa se tornar um mercado estruturado. Isso quer dizer que será necessário desenvolver instrumentos financeiros para compra e venda de créditos, além de sanar dúvidas sobre a tributação e a governança – pois se trata de um segmento que não estará atrelado a metas governamentais. Outro ponto seria uma revisão de questões regulatórias que dificultam os projetos. Entre as necessidades está uma melhoria na regulação do Cadastro Ambiental Rural, para eliminar dúvidas sobre a propriedade de terras.

Ceotto frisa que a demanda por créditos de carbono voluntários está crescendo à medida que a agenda ESG ganha força nas empresas. Mas o setor esbarra no fato de a oferta de crédito de carbono ainda ser muito baixa – o que infla os preços, prejudicando o crescimento dessas iniciativas. “Estamos perdendo empregos, renda e PIB”, comenta o sócio da Mckinsey. Além do Brasil, outro peso-pesado do mercado de carbono deverá ser a Indonésia – segundo a Mckinsey, o país tem um potencial de abocanhar outros 15% desse setor. Já grandes economias como EUA e China têm potencial bem menor: suas participações deverão ficar entre 2% e 3%.

Participando dos debates sobre o mercado de carbono, o responsável pela área de sustentabilidade do Rabobank, Taciano Custódio, afirma que ter um valor tangível

facilita a conversa com produtores rurais, que são o foco da instituição financeira na hora de gerar créditos. “Esse é um gatilho, especialmente para o produto rural que está acostumado a atuar num mercado muito tangível”, comenta o executivo.

Além da experiência do banco holandês com o tema sustentabilidade, o Rabobank tem na sua prateleira a opção aos clientes de “empréstimo verde”, o que poderá auxiliá-los na jornada de “produzir” crédito de carbono, tanto para compensação própria quanto para a venda no mercado. “O produtor rural tem terra, um ativo que vai muito além da produção de alimentos”, diz.

Para a CBA, fabricante de alumínio do grupo Votorantim, a iniciativa reflete também a meta da empresa de ser “carbono neutra” até 2050. Segundo o gerente geral de sustentabilidade da empresa, Leandro Campos, a companhia já utiliza energia gerada a partir de fontes 100% renováveis, além de ter um projeto de reflorestamento para gerar créditos de carbono. Para compensar toda a sua pegada de carbono até 2050, porém, a CBA precisará comprar créditos de fontes externas – diante do impacto de sua atividade, precisará completar uma fatia de 10% de sua meta.

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 564 – Em 05 de outubro de 2022

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.